

DIMENSÕES EDUCOMUNICATIVAS DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

The educommunicative dimensions of the Memorial da Resistência de São Paulo

Las dimensiones educomunicativas de lo Memorial da Resistência de São Paulo

Felipe Corrêa de Mello

Pesquisador associado da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP)
felipeccmello79@hotmail.com

Resumo

Propomos descrever os vínculos existentes entre a obra educativa, a dimensão museológica e a dimensão comunicativa do Memorial da Resistência de São Paulo à luz dos referenciais teóricos do campo da Comunicação/Educação. O Memorial da Resistência de São Paulo está voltado para a pesquisa, salvaguarda e comunicação das memórias e narrativas históricas da resistência, do controle e da repressão durante o Brasil Republicano, privilegiando as narrativas e memórias sobre a Era Vargas (1930-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985). Em nossa exposição, buscamos dissertar como e em que medida o discurso dessa instituição museológica se relaciona com o discurso da comunicação, buscando argumentar que essa instituição museológica é constituída como um meio de comunicação/mídia.

Palavras-chave: Comunicação/Educação. Memorial da Resistência de São Paulo. Discurso.

Abstract

It is proposed to describe the links between the educational work, the museum dimension and the communicative dimension of the Memorial da Resistência de São Paulo in the light of the theoretical framework of the Communication/Education field. The Memorial da Resistência de São Paulo preserves and communicate the memories and narratives about the resistance, the control and repression along the History of republican Brazil, privileging the narratives and memories of Vargas Era (1930-1945) and the civilian-military dictatorship (1964-1985). In our exposition, we expose how and to what extent the discourse of this museum institution refers communication's discourse aiming to argue that this museum institution is established as a media.

Key words: Communication/Education. Memorial da Resistência de São Paulo. Discourse

Resumen

Se presenta una descripción de los vínculos entre la obra educativa, la dimensión museológica y la dimensión comunicativa del Memorial da Resistência de Sao Paulo a la luz del marco teórico del campo de la Comunicación / Educación. El Memorial da Resistência de São Paulo preserva y comunica las narrativas sobre la resistencia, el control y la represión a lo largo de la historia de Brasil republicano, privilegiando las memorias y las narrativas acerca de la Era Vargas (1930-1945) y de la dictadura cívico- militar (1964-1985). En nuestra exposición,

buscamos disertar cómo y en qué medida el discurso de esta institución se relaciona con lo discursivo comunicativo, argumentando que esta institución constituye un medio de comunicación.

Palabras clave: Comunicación/Educación. Memorial da Resistência de São Paulo. Discurso.

1 INTRODUÇÃO

O Memorial da Resistência do Estado de São Paulo integra a Estação Pinacoteca e ocupa parte do edifício que pertenceu ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo — DEOPS/SP, durante o período de 1940 a 1983. Foi criado em 2009 a partir de iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, conjugada com a mobilização de diversos setores da sociedade civil, sobretudo do Fórum Permanente de Ex-Presos Políticos do Estado de São Paulo e da administração da Pinacoteca do Estado. É a única instituição desse tipo no Brasil.

O programa museológico do Memorial é estruturado em procedimentos de pesquisa, salvaguarda e comunicação das memórias da resistência, do controle estatal e da repressão durante o Brasil Republicano — de 1889 até os dias de hoje. Seu objetivo, assim como o objetivo de outras instituições museológicas do mesmo tipo, é a construção de um espaço voltado para a reflexão crítica da história recente, para o aprimoramento da democracia e para a valorização de uma cultura em direitos humanos. O Memorial possui as seguintes linhas de ação: Centro de Referência, Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos, Exposições (Permanente e temporárias), Ação Educativa e Ação Cultural (ARAUJO; BRUNO, 2009).

Tendo o aporte do campo da Comunicação/Educação (BACCEGA, 2009; HUERGO, 1996), nos interessamos em compreender as formas pelas quais as sociedades se conservam ou se transformam. Assim, buscamos contemplar os entrecruzamentos entre as relações de poder e os processos comunicacionais — mais especificamente, buscamos iluminar as formas como os sentidos sobre a ditadura civil-militar servem para a sustentação e/ou subversão das relações de dominação em nosso cotidiano.

Os apontamentos aqui apresentados contam com dados extraídos de entrevistas com os gestores e coordenadores do Memorial da Resistência; da análise de materiais educativos e

culturais publicados por essa instituição; bem como da análise dos discursos de professores e de alunos¹ obtidos a partir do processo de recepção das exposições do Memorial.

2 O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO E O PARADIGMA EMERGENTE EM MUSEOLOGIA

Como nos ensina Cury (2005, p.30), em 1992, com a Declaração de Caracas, foi consolidada a concepção de museu como meio de comunicação, inserindo-se a ideia de processo comunicacional como uma das funções primordiais do museu: o museu é concebido como uma instituição que através de uma linguagem específica produz discursos sobre a cultura, a vida social e a natureza.

Essa concepção de museu como meio de comunicação está inserida num contexto de transição dentro do campo da museologia e, conseqüentemente, nos museus, de um paradigma tradicional para um paradigma emergente. Zavala (2003) nos mostra que essa transição ainda ocorre nos dias de hoje e está relacionada às transformações que vêm ocorrendo nas ciências sociais nos últimos anos. De forma resumida e parcial, o paradigma tradicional é caracterizado pelo modelo funcionalista de transmissão da informação e se funda na autoridade do museu e de seus especialistas. Nesse, a relação entre o emissor (museu) e os receptores (visitantes) é unidirecional: a experiência de visitação é “fortemente definida pela transmissão de conhecimento produzido pelo museu e obtenção de conteúdos pelo público” (CURY, 2012, p.50).

O paradigma emergente rompe com a cadeia linear emissor-mensagem-receptor-feedback e propõe o diálogo entre o museu e o público. Aqui os receptores (o público) são concebidos como intérpretes e coautores do discurso do museu. O modelo museológico vai além da exposição, deslocando-se do ponto de vista do emissor em direção ao receptor. O museu é concebido como ponto de contato, encontro, conflito e troca entre o emissor e o receptor: desloca-se da aceitação passiva, por parte do público receptor, para a argumentação, ressignificação e negociação (CURY, 2005, p.30).

Esse paradigma não abre mão da autoridade da instituição e de sua equipe, mas a recoloca para outra finalidade comunicativa. Há uma preocupação, por parte dos gestores e da equipe do museu, em fazer com que as condições de produção do museu sejam conhecidas e

¹ Foram realizadas pesquisas de recepção junto a seis turmas de Ensino Médio em seis escolas localizadas na cidade de São Paulo. Três escolas particulares e três públicas no período de agosto a outubro.

debatidas, “dando espaço à participação efetiva nos processos de musealização e patrimonialização, à valorização da subjetividade e às relações intersubjetivas” (CURY, 2012, p.51). Nesse sentido, o público é ativo e “agente no processo de musealização porque faz parte dele” (CURY, 2012, p.51).

Grande parte dos museus históricos baseados no paradigma tradicional formulam um discurso consonante à história oficial, de cunho positivista e focada nos feitos dos heróis e dos dominantes. São o que Meneses (1994) denomina “Teatros da Memória”: instituições museológicas que, voltadas para a encenação da história e para o entretenimento descompromissado de seu público, apresentam o discurso histórico como uma coleção de fatos, heróis e objetos sem quaisquer contextualização e reflexão sobre suas condições sociais e históricas de produção e de suas relações com a sociedade contemporânea. Nesses, o interesse pelos objetos se dá em grande parte porque eles são revestidos da aura do passado e por terem pertencidos aos “heróis” e “celebridades” da história.

Em contrapartida, o Memorial da Resistência está inserido na categoria definida por Meneses de “Laboratórios da História”. Nessa categoria, os museus históricos como o Memorial são concebidos como espaços de produção de conhecimento da história voltada para a reflexão das questões atinentes à nossa sociedade e história. Os objetos da exposição são constituídos de forma a gerar problematizações e conceituações. No referido campo, os próprios objetos (no caso do Memorial, o próprio espaço físico das celas reconstituídas e os relatos testemunhais) são problematizados como construções socialmente situadas, ideologicamente eivadas e atravessadas por conflitos e múltiplas significações.

O Memorial da Resistência possui uma função eminentemente social e política. Seu discurso visa a despertar a consciência democrática e cidadã, bem como estimular a reflexão sobre a sociedade. O discurso da instituição é pensado de forma a estabelecer um diálogo com os processos e as estruturas sociais do Brasil contemporâneo. Sendo assim, ao contrário de muitos museus fundados no paradigma tradicional, o discurso do Memorial não é baseado na transmissão de conteúdos fixos e sentidos monológicos, mas sim voltado para a construção de conhecimento em diálogo com seu público — buscando que os sentidos sobre a história do Brasil estejam em constante movimento e tensionamento a partir da realidade cotidiana brasileira.

O museólogo (e o educador de museu) torna-se sujeito quando redimensiona a sua participação profissional, [...] que de mero retransmissor de saberes se converte em formulador de problemas, provocador de interrogantes,

coordenador de equipes de trabalho, sistematizador de experiências, memória viva da instituição que dá relevo e possibilita o diálogo entre gerações (MARTÍN-BARBERO, 2005, p. 20).

As memórias e as narrativas históricas presentes no discurso do Memorial não são constituídas de forma a serem apresentadas como um amontoado de fatos, nomes e datas, conforme é apresentado pela história tradicional de corte positivista e pelos museus históricos tradicionais — a história abstraída da vida cotidiana, predispostas a ser tão somente memorizada por alunos e professores e/ou contemplada pelos visitantes do museu.

O discurso de “repressão”, “resistência” e “controle” ao longo da república brasileira apresentado pelo Memorial da Resistência busca contemplar as vozes e vivências cotidianas dos sujeitos históricos que participaram das diversas lutas sociais que atravessaram nossa história. Através dos testemunhos dos ex-presos políticos, bem como das celas reconstituídas, o cotidiano de resistência e repressão é apresentado para o visitante de forma que seja iluminado, dentre outros aspectos, que a história é realizada pelos sujeitos históricos situados na concretude da vida social; e não como resultado de estruturas abstratas e através de feitos marcantes e extraordinários de heróis nacionais ou somente das camadas dominantes. Nesse processo joga papel fundamental a noção de “resistência” que, contraposta à narrativa da repressão estatal, ajuda a materializar o caráter conflitivo e aberto da história, realizada por sujeitos “comuns” e “ordinários”.

Ao incluírem no discurso histórico a questão da resistência e do cotidiano dos ex-presos políticos, os gestores e agentes do Memorial da Resistência não reduzem situações históricas complexas a um simples jogo de poder entre os dominantes. Desta forma, postulam que a narrativa histórica deve ser uma atividade que visa a dar voz aos grupos e classes sociais populares que foram esquecidos (silenciados) pela narrativa tradicional e, desta forma, busca compreender o processo de dissimulação e silenciamento de eventos passados (LE GOFF, 1985).

Bakhtin (2002, p.118) estabelece uma diferença entre a ideologia do cotidiano e os sistemas ideológicos constituídos. A ideologia do cotidiano corresponde ao “domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência”. Essa noção contribui para desconstruir a oposição entre a ideologia rígida e explícita, de um lado, e a “natureza supostamente rudimentar da experiência vivenciada”, de outro (EAGLETON, 1997, p.54).

Entendemos que o desvelamento das relações cotidianas nas histórias de resistência trazidas pelo Memorial ajuda a iluminar a relação dialética existente entre as estruturas sociais e a práxis cotidianas no processo de produção e reprodução da sociedade — contribui, assim, para mostrar que a existência cotidiana é um espaço de ação política criativa, e não mero espaço de reprodução mecanicista das relações sociais.

3 COMUNICAÇÃO E SUBJETIVIDADE: OS SUJEITOS DO DISCURSO MUSEOLÓGICO

Um dos méritos do novo paradigma em museologia reside em iluminar que tanto o emissor-museu quanto o receptor-público são sujeitos do discurso museológico. Amparado em grande parte pelos Estudos Culturais Britânicos e pela Teoria da Recepção Latino-Americana, o novo paradigma busca contemplar o processo comunicacional no qual emissor e receptor estão dialogicamente integrados entre si (CURY, 2005).

Considerar o Memorial da Resistência e seu público como sujeitos do discurso museológico nos leva a contemplar a inter-relação entre os processos simbólicos e a estrutura da sociedade.

A comunicação envolve um contínuo ponto de chegada e de partida da dinâmica social. Nesse processo discursivo que nunca se rompe, os sujeitos constituem-se como enunciatários e enunciadores do discurso. Num primeiro nível, o sujeito é receptor (enunciatário) dos discursos que circulam em seu universo social. Num segundo nível o sujeito é emissor (enunciador) do discurso, na medida em que reelabora os discursos que recebe, transformando-os em outros discursos.

Uma das contribuições em reconhecer uma instituição museológica como sujeito do discurso (emissor-receptor) reside em evidenciar o caráter social e histórico de seu discurso. No sentido supracitado, evita-se fetichizar, sacralizar e naturalizar os objetos e discursos museológicos que em tais condições tenderiam a contribuir para a reprodução de valores conservadores e alinhados à manutenção das desigualdades sociais. Em segundo lugar, conceber a instituição museológica como receptor-emissor do discurso contribui para iluminar o caráter dialógico de seu discurso, que em grande parte é elaborado em função de seus interlocutores. Em tal ponto, o discurso museológico deixa de ser concebido como algo fixo, passível de ser decifrado pelo público, entretanto como algo dinâmico, vivo e complexo — dialógico, nos termos de Bakhtin (2002).

Em relação ao público, concebido como sujeito do discurso museológico, passamos a iluminar que o significado do discurso não é intrínseco à estrutura simbólica desse discurso, sem embargo que o significado emerge do encontro entre o discurso e o receptor. Escapamos assim do modelo museológico tradicional, que concebe o discurso museológico como algo pronto, acabado e intocável — porque resultado da competência e autoridade do curador e dos especialistas — e vamos em direção a uma concepção de que o público é coautor do discurso museológico. Em segundo lugar, essa concepção nos desloca da análise de conteúdo do discurso museológico para as mediações comunicativas que incidem no processo de significação e reelaboração do discurso por parte do público — o que implica conceber como lugar da recepção o cotidiano do público-receptor-emissor e não tão somente o momento de sua visita ao museu.

Ao desvelarmos o papel do sujeito Memorial e do sujeito público na (re)produção dos sentidos sobre a história do Brasil republicano, assinalamos a dimensão propriamente comunicativa do discurso museológico. Como nos ensina Baccega (2007a, p. 80), a subjetividade embasa o campo da Comunicação, compreendido como lugar privilegiado de convergência e “onde se concretiza a comunicação como fonte do diverso, já que resultado dos vários discursos sociais” presentes no polo emissor e no polo receptor (BACCEGA, 2007a, p. 80).

Conforme nos mostra Kátia Felipini Neves, ex-diretora do Memorial da Resistência, a instituição se baseia numa perspectiva museológica processual (NEVES, 2012, p.37-40). Isto significa que o Memorial da Resistência não é concebido como algo acabado, mas como um processo em constante produção.

Ao ter uma função social e política, o Memorial busca dialogar de forma dinâmica com os problemas contemporâneos da sociedade, sendo pensado a partir da noção de “museu integral”: o alcance do diálogo de seu discurso com a sociedade está intimamente relacionado à construção de múltiplos “pontos de comunicação” com o público. Assim, seu discurso não se restringe à uma exposição, mas é concretizado, de forma participativa e multidisciplinar, através de diversas ações museológicas; a partir das vozes de diversos sujeitos.

Em outros termos: a despeito de estar centrado no discurso da exposição permanente, o discurso do Memorial é composto por diversos discursos. O Memorial da Resistência busca conjugar diversas vozes de sujeitos (individuais e coletivos) de diversos campos do conhecimento e de diversas formações — artistas, acadêmicos, militantes, ex-presos políticos, estudantes, jornalistas, educadores etc. —, tendo em vista comunicar um conhecimento

aprofundado e abrangente das complexas dinâmicas de nossa sociedade, bem como criar linhas de ação em constante desenvolvimento conforme as transformações da sociedade e das demandas da sociedade civil.

Essa característica não implica uma pluralidade de fragmentos discursivos desconexos entre si. Implica uma polifonia discursiva, compreendida como uma unidade na diversidade.

Elaborados dentro de um projeto museológico, os diversos discursos do Memorial são objetivados em palestras, atividades semanais organizadas pelo Fórum Permanente dos Ex-Presos Políticos, peças teatrais, exposições de documentários, exposições temporárias, materiais de apoio didático, dentre outros. No diálogo entre esses discursos, que se entrecruzam, se ressignificam, se complementam, é formada uma rede de sentidos voltada para a reflexão crítica da história do Brasil republicano.

Essas vozes são múltiplas e realizadas, na maioria das vezes, através de parcerias com agentes da sociedade civil, não respondendo a um projeto fixo definidor de um padrão homogêneo e estável de atividades e de discursos. Ao longo dos dez anos da instituição, desde sua fundação, inúmeras atividades foram realizadas — sendo algumas abandonadas a partir da avaliação dos gestores ou da falta de recursos materiais e financeiros, outras continuadas ou remodeladas; bem como diversas criadas visando a diversificar e aprofundar os vínculos de comunicação do Memorial com seu público. Não é nosso propósito esgotar a descrição de todas essas vozes/atividades, porém ilustrar o caráter polifônico e dialogal do(s) discurso(s) do Memorial da Resistência.

4 O ENFOQUE COMUNICACIONAL: AS MEDIAÇÕES E O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO

Ao dar destaque a determinados acontecimentos, narrativas e memórias, o Memorial da Resistência contribui para a edição do mundo, desempenhando importante papel na práxis de (re)construção das representações e valores sociais. Constitui-se assim, como importante meio de comunicação no embate de constituição dos sentidos sociais.

Ao usarmos o termo “meio de comunicação” (e com ele o termo “mídia”) para caracterizar o Memorial da Resistência, buscamos nos afastar das visadas que tomam os meios somente por seus aspectos instrumentais e técnicos.

Conforme argumenta Baitello (2005, p. 7), devemos escapar da visão instrumental de comunicação na qual está implicado o modelo transmissão-código: “tanto os processos

comunicativos quanto os processos culturais se desenvolvem como ambientes sociais e históricos complexos que não resistem a visões reducionistas ou simplificadoras”.

A comunicação não é tão somente uma ferramenta do humano, bem como a cultura não é um mero pano de fundo para os sujeitos (BAITELLO, 2005, p. 7). A comunicação, enquanto outra face da linguagem e da cultura, é uma prática social na e pela qual os humanos (re)produzem sua existência histórica e social. Em outros termos: a comunicação é composta pelos múltiplos discursos que tecem a sociedade (BACCEGA, 2007b).

Concebemos que a visão ampliada de meio de comunicação (logo, de cultura e de comunicação) contribui para pensarmos o Memorial da Resistência como um espaço complexo que envolve diversas formas de linguagens produtoras de sentidos — como os objetos presentes nas exposições, o espaço carcerário reconstituído, a arquitetura do prédio do antigo DEOPS/SP.

Ao situarmos a comunicação nas práticas cotidianas e, neste caminho, estendermos o conceito de meios de comunicação para além dos “objetos” consagrados pelo campo, sejam os tradicionais (Rádio, televisão, jornalismo), sejam os novos (internet) ou os novíssimos (smartphones, entre outros), buscamos uma visada que abranja de forma mais complexa a forma que os discursos são produzidos, circulam e são recebidos, e como eles dialogam com as estruturas e os processos sociais. Não é nossa intenção diluir o objeto do campo da Comunicação (no caso, o Memorial) numa abrangente, logo vazia, definição culturalista; tampouco ignorar as estruturas estruturadas e estruturantes dos processos simbólicos, para recorrermos a uma expressão cara a Bourdieu.

Ao considerarmos a cultura como arena de lutas, entendemos que nem todos os agentes, sujeitos e instituições possuem o mesmo poder para significar a realidade e comunicar essa significação. Na sociedade contemporânea, como nos mostra o campo da Comunicação/Educação, os meios de comunicação e o campo escolar são os principais agentes na (re)constituição dos sentidos sociais (BACCEGA, 2009). No entanto, no tocante aos meios de comunicação, existem instituições que possuem maior poder financeiro, material e simbólico para fazer valer seus recortes e significações do mundo — coincidem, grosso modo, com os meios tradicionais e constituem-se como meios de comunicação hegemônicos.

De alguma maneira, o uso do termo “meio de comunicação” contribui para singularizar analiticamente esses veículos e instituições e ajuda a iluminar os embates, marcados por assimetrias de poderes, entre os diversos agentes sociais da sociedade civil na luta pela conquista e/ou manutenção de relações de hegemonia.

Quer dizer, a despeito de não possuir a mesma força que os meios de comunicação hegemônicos, o Memorial é sim um meio de comunicação que toma importante papel na disputa pelas narrativas e memórias da ditadura civil-militar. O Memorial da Resistência é uma organização institucionalizada que conta com recursos públicos e com a colaboração de profissionais de diversos campos do conhecimento. Tem uma estrutura material e simbólica. E ao ocupar o lugar social de instituição museológica e cultural, possui condições materiais e autoridade suficiente para (re)produzir discursos socialmente legitimados sobre a história de “repressão”, “controle” e “resistência” da história do Brasil republicano. Grosso modo, o Memorial tem um capital social, financeiro e simbólico maior que os sujeitos individuais para constituir materialidades discursivas sobre nossa história; além de, dado seu estatuto institucional, poder conjugar em torno de si outras organizações e agentes na constituição de seus discursos. Sendo assim, além de “sujeito” do discurso — na medida em que faz um recorte da realidade, em que é enunciatário e enunciador, em que tem a linguagem verbal como pressuposto de sua formação e condição de seu discurso —, o Memorial é também algo mais: um meio de comunicação.

Evidentemente, essa diferenciação entre meios de comunicação e sujeito não esgota todas as dimensões que são possíveis de serem assinaladas como definidoras do Memorial como um meio de comunicação. Nosso propósito aqui é de cunho heurístico. Julgamos que a diferenciação é analiticamente fértil para iluminarmos os embates de forças sociais em torno da ditadura civil-militar brasileira e, nesse caminho, contribuir para desenhar o diálogo entre o campo da Comunicação (objetivado no Memorial) e o campo escolar — compreendido como agente fundamental na multiplicação dos discursos contra hegemônicos sobre a história do Brasil republicano.

5 AS DIMENSÕES EDUCOMUNICATIVAS DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

Uma das dimensões comunicativas do Memorial da Resistência reside na capacidade de, a partir do diálogo com seu público, despertar a consciência, estimular questionamentos e reflexões. Nesse processo, as ações educativas da instituição assumem papel destacado (CURY, 2013, p. 13).

É estabelecida então a relação proposta por Paulo Freire (1983) de conceber a educação como comunicação e não como extensão. Comunicação e educação são processos

análogos, essencialmente dialógicos, em que está em jogo a garantia de os sujeitos terem condições para continuarem se educando. Educar nesse sentido é promover a autonomia do público, capaz de ser dono de suas palavras e de ler, de forma reflexiva, a realidade e, assim, transformá-la.

Da mesma forma em que nos afastamos da concepção funcionalista de comunicação, a educação não é compreendida como a transmissão de conteúdo do educador (o depositário do saber) para o educando (entendido como indivíduo passivo, receptáculo vazio do conhecimento). Ambas, comunicação e educação, no âmbito do Memorial da Resistência, são concebidas como processos no qual tanto o educador quanto o público são sujeitos na construção de conhecimento.

O Memorial da Resistência é um meio de comunicação e um espaço de educação não formal.

Segundo nos ensina Gohn (2014, p.39), a educação não formal se dá a partir de processos de compartilhamento de experiências e conhecimentos — “principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas” — e tem como propósito a formação para a cidadania.

A educação não formal se diferencia da educação formal na medida em que não tem o caráter formal dos processos escolares, normatizado por instituições superiores oficiais e certificadores de titularidades e baseado em conteúdos previamente demarcados (GOHN, 2014, p. 39-40).

Os processos educativos não formais são frutos de propostas e intencionalidades realizadas por organizações/instituições. Envolve atividades, meios e formas variadas, bem como “uma multiplicidade de programas e projetos sociais” (GOHN, 2014, p. 39).

A educação não formal diferencia-se também da educação informal. A segunda refere-se à aprendizagem adquirida pelos sujeitos através de suas trajetórias sociais. Ocorre através da família, do bairro, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; “e até na escola entre os grupos de amigos; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados” (GOHN, 2014, p.39). Fundamentalmente, é um processo destituído de intencionalidade — salvo alguns casos, como a educação segundo os preceitos de uma dada religião (GOHN, 2014, p.39).

Conforme defende Gohn (2014, p, 42), os projetos de educação não formal não devem servir como complementação da educação formal, mas sim devem cruzar, atuar e potencializar os processos educativos realizados no âmbito escolar. Para a autora, grande

parte dos pensadores do campo da Educação situam a educação não formal de forma contraposta à escola. Alguns concebem a educação não formal como um instrumento complementar, a partir do qual o aluno obterá um aprofundamento ou um panorama complementar do que aprendera na escola. Outros compreendem “a aprendizagem não formal como um processo mais eficaz que a escola e a defendem porque é o melhor caminho” (GOHN, 2014, p.42).

Na sociedade contemporânea o debate sobre as teorias e modos de aprendizagem ganham força diante das profundas mudanças suscitadas pela globalização e seus efeitos sobre a sociedade e a cultura. Com o desenvolvimento tecnológico, “novos processos de aprendizado têm sido criados, reciclados ou clamados como necessários” (GOHN, 2014, p. 38). Cada vez mais, diversas organizações e sujeitos preconizam que a rigidez dos conteúdos curriculares não é capaz de dar conta da formação, cidadã e profissional dos sujeitos num contexto social marcado pelo fluxo social em redes.

A despeito dos avanços do campo da Comunicação/Educação nas pesquisas sobre os vínculos entre os meios e o campo escolar, bem como entre instituições de educação não formais, como Organizações Não-Governamentais e a escola formal, ainda há lacunas no tocante à reflexão sobre os diálogos entre as instituições museológicas e as instituições formais de ensino (SANTANA, 2014, p.2).

Conforme postula Cury (2013, p.20), dentre os objetivos da ação educativa de uma instituição museológica devem ser considerados “aqueles ligados a conceitos como memória, alteridade e identidade, diversidade e diferença, tolerância e (des)(re) territorialização”, temas que emergem como fundamentais para a inclusão social e a formação de cidadãos. O Memorial da Resistência é espaço propício a essa discussão, sobretudo porque busca evidenciar os mecanismos que incidem na construção das memórias e narrativas históricas; as questões sobre identidade e coletividade; e a inclusão social e democracia.

À luz do pensamento de Gohn (2014), consideramos que a vocação educativa do Memorial não reside em ser tão somente um complemento do ensino formal da disciplina de História, embora opere em determinadas casos nesse sentido. Tampouco o Memorial deve ser visto como um sucedâneo para as práticas escolares, que na contemporaneidade vêm se deparando com deslocamentos educativos e novas linguagens (CITELLI, 2012).

Em diálogo com a escola, o Memorial busca a formação da cidadania plena. Esta, concebida como o conjunto de pelo menos três aspectos: 1. A conscientização, por parte dos sujeitos, de que eles são sujeitos de direito; 2. A conscientização de seus direitos, ou seja,

serem dadas a ele condições de acesso ao conhecimento desses direitos; 3. Serem dadas as condições de que ele “exerce ou exercerá seus direitos sempre que lhe convier” (BACCEGA, 2012, p.248).

Nesse diálogo, os conhecimentos específicos produzidos por cada uma das agências de socialização deixam seus domínios de origem para encontrarem-se, entrarem em embates, serem ratificados, acumulados, combinarem-se, complementarem-se e serem ressignificados numa constante espiral de metassignificação que forma o discurso da Comunicação/Educação — imprescindível para a conjugação dos três aspectos acima mencionados.

6 A AÇÃO EDUCATIVA DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

A construção efetiva de uma memória coletiva e de um conhecimento público sobre a ditadura civil-militar no Brasil implica a articulação do Memorial de Resistência com outras instituições da sociedade civil. Nesse ponto o diálogo com o campo escolar é fundamental, uma vez que os educadores (formais ou não formais) podem se constituir como agentes multiplicadores do discurso e das memórias sobre as ditaduras no Brasil republicano. Os programas educativos do Memorial da Resistência são atividades que contribuem para potencializar a vocação educacional do programa museológico.

Sendo assim, o discurso produzido pelo Memorial vai além da exposição de longa duração. Essa, como nos mostra Neves (2012, p. 44-5), é só um dos dispositivos de comunicação do Memorial. A instituição se propõe a realizar, sistematicamente, exposições temáticas, ações de pesquisas, ações culturais e ações educativas — conforme é definido por suas linhas de ação .

As ações educativas do Memorial da Resistência são voltadas para os educadores — incluindo aqui os professores das escolas formais, profissionais do campo do Turismo e agentes de educação não formal como membros de Organizações Não Governamentais, agentes comunitários, sindicalistas, entre outros —; para o público em geral; para alunos de escolas públicas e privadas, do Ensino Médio, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA); para crianças e jovens, através de atividades lúdicas e artísticas, como o Programa de Contação de História; bem como para membros de movimentos sociais como o Movimento dos Sem-Terra (MST) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

As atividades voltadas para os educadores contam com as exposições museológicas, porém envolvem atividades de formação e de aprofundamento didáticos, objetivadas em

encontros de formação, palestras, rodas de conversas com ex-presos políticos, cursos de formação em direitos-humanos; bem como através de materiais de apoio didático, contando com documentos e sugestão de atividades em sala de aula sobre o Estado Novo e a ditadura civil-militar, entre outras.

À primeira vista, o discurso museológico produzido pelo Memorial incide mais diretamente no ensino da disciplina de História, uma vez que está ancorado no resgate de episódios da história do Brasil republicano, bem como envolve temas diretamente relacionados a essa disciplina, como democracia, coletividade, temporalidade, memória, o papel do Estado Moderno etc. No entanto, ao considerarmos que o projeto pedagógico escolar deve ser pensado em termos interdisciplinares e deve contemplar temas transversais, tendo como objetivo fundamental a formação de cidadãos, a interface entre o Memorial da Resistência e o campo escolar vai além da disciplina de História.

O Memorial é um espaço que potencialmente permite que alunos e professores tenham contato direto com as experiências de repressão e resistência. Para além do discurso em sala de aula, muitas vezes abstrato, a visita ao Memorial permite que os alunos e os professores tenham um contato mais concreto, mais sensível e mais interativo com os diversos suportes materiais que carregam as memórias das ditaduras: as mensagens inscritas nas paredes das celas pelos ex-presos políticos, as imagens e vídeos da época, os testemunhos dos vitimados e de seus familiares etc.

Em relação ao ensino de História, especificamente, o diálogo com o Memorial contribui para contornar alguns desafios que os professores dessa disciplina enfrentam quando devem trabalhar com a ditadura civil-militar.

Como nos mostra Adriana Carvalho (2014), pesquisadora do Núcleo de Pesquisa História e Ensino das Ditaduras (NUPED) da Universidade Federal Fluminense, um desses desafios reside no fato de o conteúdo programático destinado à disciplina de História ser bastante extenso, e o estudo da ditadura ficar para o final dos últimos anos — final do nono ano do Ensino Fundamental e final do terceiro ano do Ensino Médio — o que muitas vezes faz com que o professor não consiga chegar a esse tópico. Outro desafio é o fato de que os livros didáticos, embora deem considerável espaço para o período dos governos militares, o fazem numa perspectiva mais descritiva do que analítica; dificultando a compreensão global e crítica acerca do processo histórico por parte dos alunos.

O Memorial da Resistência oferece uma grande gama de documentos históricos que podem ser trabalhados pelos educadores. Ao longo da exposição duradoura são apresentados

excertos de músicas; reportagens de jornais e revista, livros e filmes, da época da ditadura civil-militar. Há também um grande acervo iconográfico da Era Vargas como fotos e peças de vestuário dos imigrantes, que em grande parte, eram fichados pelo DEOPS/SP; documentos de controle e registro de pessoas consideradas subversivas; pinturas e panfletos apreendidos pelos órgãos de controle e repressão, dentre diversos outros.

Boa parte desses objetos são recortes de meios de comunicação musealizado pelos agentes do Memorial. Podem e devem ser usados pelos educadores, buscando contemplar o diálogo entre os meios e a escola. Nesse quadro, a consulta do arquivo documental do DEOPS/SP e a construção de conhecimento histórico com e a partir dos objetos históricos musealizado pelo Memorial são dimensões fundamentais na prática docente.

Como nos mostram o campo da História (FICO, 2004; FIORUCCI, 2004; NAPOLITANO, 2014) e o campo da Comunicação (CASTILHO, 2014; DIAS, 2014; MARTINS, 2014; RIBEIRO, 2000), os meios de comunicação desempenharam papel crucial na constituição, consolidação e manutenção do Estado Novo e da ditadura civil-militar.

Compreender as relações desses governos com a sociedade e a cultura brasileira passa, necessariamente, pela compreensão do papel dos meios de comunicação na construção da história — hoje e no passado.

Além do mais, a grande variedade de gêneros e formatos presentes no Memorial da Resistência se relaciona com as reconfigurações tecnoculturais contemporâneas e, assim, estão predispostas a se ajustarem “aos conceitos de educação ancorados em perspectivas inter e transdisciplinares, reforçando a ideia de que o conhecimento não cabe em grades – curriculares, por exemplo” (CITELLI, 2012, p.3).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No discurso do Memorial da Resistência de São Paulo estão presentes: o discurso científico histórico; o discurso testemunhal; o discurso artístico, manifestado em diversos formatos como musical, teatral, cinemático, literário; o discurso propriamente museológico, baseado nos objetos e acervos documentais; a interação verbal face-a-face, entre palestrante e público, ou entre educador e público; o discurso jornalístico; o discurso pedagógico, dentre diversos outros.

Esses discursos são compostos por sujeitos, de características já mencionadas, em “cuja formação se manifesta a importância da linguagem, signo polivalente que influencia sua

formação” (BACCEGA, 2007a, p.82). Além disso, esses discursos estão vinculados a seus domínios de origem que delimitam sua enunciação.

Ao serem incorporados e apropriados pelo Memorial da Resistência esses discursos são ressignificados, uma vez que deixaram seu domínio de origem e passam a fazer parte de outro: o comunicativo, domínio do discurso do Memorial. E ao comporem esse campo discursivo comunicativo, cada discurso encontra-se com outros discursos de outros campos que estão na mesma condição, ou seja, de “metassignificação” e passam a dialogar entre si, reelaborando-se, cada um deles num processo de interdiscursividade que manifesta a especificidade do discurso do Memorial da Resistência de São Paulo (BACCEGA, 2007a, p.82).

Diante da complexidade do mundo contemporâneo em que figuram o caráter fragmentário das informações veiculadas pelos meios de comunicação, os deslocamentos educativos, a emergência de novas tecnologias, e com elas o surgimento de novas linguagens e novas configurações culturais, a dimensão transdisciplinar do Memorial da Resistência é tão mais necessária na medida em que permite a construção de um conhecimento amplo e aprofundado de nossa sociedade.

Não obstante, temos que ter em conta que embora o diálogo entre o Memorial e seu público seja uma das condições necessárias para haver a comunicação entre ambos, ele não é condição suficiente para garantir a relação comunicativa, compreendida como a efetivação da vocação política do Memorial. Como nos mostra Cury (2013, p.5), “o museu é um meio de comunicação comprometido com a qualidade de comunicação, ou seja, com a capacidade de despertar a consciência, estimular questionamentos e pensamentos críticos”. Isso implica que a comunicação museológica só se efetiva quando o discurso do museu é incorporado pelo visitante e integrado ao seu cotidiano em forma de um novo discurso (CURY, 2005, p. 40). Não basta, assim, haver somente uma ressignificação do discurso do Memorial por parte de seus receptores que esteja restrita ao espaço e tempo do contato com a instituição.

A comunicação implica uma significativa transformação nas linguagens, logo na subjetividade e no cotidiano dos interlocutores do Memorial (BRAGA, 2013, p.170). A comunicação efetiva (ou a comunicação em nível significativo, nos termos de Braga) se dá na medida em que os sentidos produzidos no diálogo entre o polo emissor (o Memorial) e o polo receptor (o público) se articulam aos processos sociais de forma que sejam ensejadas ações transformadoras da realidade social brasileira.

Quer dizer, munidos dos referenciais do campo da Comunicação/Educação, o que nos interessa é a intervenção do comunicador (os agentes do memorial) e do educador (os professores) na construção desses sentidos rumo à produção de novas relações de hegemonia, voltadas para a construção de uma nova variável histórica.

Assim, pensamos o diálogo entre o Memorial e o campo escolar a partir da noção de práxis, entendida como a relação dialética entre o conhecimento sobre a história brasileira — produzido no diálogo entre instituição museológica e escola — e a prática política cotidiana. Nesse contexto, concebemos que a comunicação significativa se dá na medida em que os indivíduos que frequentam o Memorial estejam aptos a exercerem suas capacidades “de produzirem novas ações, novas significações, portanto novas palavras (e não repetir as consagradas)” (BACCEGA, 2007a, p.10).

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

BACCEGA, Maria Aparecida. O campo da comunicação” In: BARROS FILHO, Clóvis; CASTRO, Gisela. **Comunicação e práticas de consumo**. São Paulo: Saraiva, 2007a.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso**. História e literatura. São Paulo, Ática, 2007b.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. **Comunicação e educação**. Revista do departamento de Comunicação e Artes da ECA/USP, São Paulo, vol. 14, n. 3, p. 19-28, set. /dez. 2009.

BACCEGA, Maria Aparecida. “O consumo no campo comunicação/educação: importância para a cidadania”. In: ROCHA, Rose de Melo; CASAQUI, Vander (orgs.). **Estéticas midiáticas e narrativas do consumo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012, p. 248-267.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **A era da iconofagia**. Ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hacker editores, 2005.

BRAGA, José Luiz. O que a comunicação transforma? In: BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto. (Org.). **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2013, p. 156-171.

CARVALHO, Alessandra. Discutindo a ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e possibilidades **Material de aprofundamento temático**. Memorial da Resistência do Estado de São Paulo, 2014.

CASTILHO, Marcio de Souza. Os trabalhos de memória e o papel de O Globo no golpe de 1964. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora /UFJF**, Juiz de Fora, vol.8, n.2, p.1-16, dezembro de 2014.



CITELLI, Adilson. Mídia e educação. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO- INTERCOM. 2012, Fortaleza. *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Intercom, Fortaleza, 2012, p. 1-13.

CURY, Mariana Xavier. **Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção**. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Comunicação, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Immacolata Vassalo de Lopes. São Paulo: A Autora, 2005.

CURY, Mariana Xavier. Museologia, Comunicação Museológica e Narrativa Indígena: a Experiência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre **Museologia & Interdisciplinaridade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília/DF, vol.1, n.1, jan./jul, 2012.

CURY, Mariana Xavier. Educação em museus: panorama, dilemas e algumas ponderações. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia/MG, vol.20, n.1, p.13-28, jan. /jun. 2013.

DIAS, André Bonsanto. Para além do rascunho: jornalistas ‘fazedores de história’ e as lembranças do golpe de 1964, cinquenta anos depois. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF**, Juiz de Fora, vol.8, n.2, p. 1-17, dez. 2014.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.24, n.47, p.29-60, 2004.

FIORUCCI, Flavia. ¿Aliados o enemigos? Los intelectuales en los gobiernos de Vargas y Perón **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, p.1-14. jul/dez, 2004

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, Maria da Glória Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**. 2ª. Série, n. 1, p.35-50, 2014.

HUERGO, Jorge A. **Comunicación/Educación**: ambitos, prácticas y perspectivas. La Plata: Ediciones de Periodismo y Comunicación, 1996.

LE GOFF, Jacques et al. **A Nova História**. Lisboa: Edições 70, 1985.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

MARTINS, Allyson Viana O Estado nas guerras de memórias dos 50 Anos do Golpe Militar. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF**, Juiz de Fora/MG, vol.8, n. 2, p.1-29, dez. 2014.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico”. **Anais do Museu Paulista. Nova Série**, São Paulo, v.2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.





NEVES, Kátia Regina Felipini. Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual. In: FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira. **Memória e esquecimento**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012. pp. 35-66.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. **Lugar Comum**. Rio de Janeiro, 11, p. 25-44, 2000.

SANTANA, Cristiane Batista. Entre comunicação e educação: a linguagem como mediação nos museus por uma alfabetização museológica. In: XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO- INTERCOM. 2014, Foz do Iguaçu/PR. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Intercom, Foz do Iguaçu, 2014.

ZAVALA, Lauro. La educación y los museos en una cultura del espectáculo. **Memoria**. ICOM México, CECA, 2003. p. 19-31 2003. p. 19-31

Original recebido em: 28 de abril de 2017

Aceito para publicação em: 07 de agosto de 2019

Felipe Corrêa de Mello

Pesquisador do grupo CNPq “Comunicação, Educação e Consumo” do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (PPGCOM-ESPM). Mestre em Psicologia Social (PUC-SP) e bacharel em História (USP).



Esta obra está licenciado com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

